



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: “Restauração conservadora e novas resistências”
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Educação e política social.

Contrarreforma do ensino superior no Brasil no contexto de crise do capital: uma análise a partir da teoria marxista

Daniele Gomes de Lima¹

Resumo: Este artigo é fruto dos estudos introdutórios desenvolvidos pela autora no doutorado em Serviço Social e tem por objetivo entender os nexos causais que pressupõem a contrarreforma do Estado na política de educação superior no Brasil a partir do referencial teórico marxista, numa perspectiva crítica da realidade social. Levando em consideração as contradições imanentes da sociabilidade capitalista e a mediação do Estado na tentativa de reversão da crise estrutural do capital, especificamente no que se refere à realidade brasileira.

Palavras-chave: Ensino superior, Contrarreforma do Estado, Educação, Crise do capital.

**COUNTER-REFORMATION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL IN THE
CONTEXT OF CAPITAL CRISIS: an analysis based on marxist theory**

Abstract: This article is the fruit of the introductory studies developed by the author in the doctorate in Social Work and aims to understand the causal nexus that presupposes the counter-reformation of the State in the politics of higher education in Brazil from the theoretical Marxist referential in a critical perspective of the social reality. Taking into account the immanent contradictions of capitalist sociability and the mediation of the State in the attempt to reverse the structural crisis of capital, specifically with regard to the Brazilian reality.

Keywords: Higher education, Counter-reformation of the State, Education, Crisis of capital.

I - Introdução

O presente artigo busca analisar o papel que a educação vem assumindo na sociedade capitalista, apontando as suas contradições, limites e possibilidades. Para o alcance dessa finalidade, buscaremos explicitar a “interrelação tríplice entre Estado, capital e trabalho”² (MÉSZÁROS, 2002) para a garantia da reprodutividade e

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: <danielegomes18@yahoo.com.br>.

²De acordo com Mézáros (2002), por ser parte constituinte da base material antagônica do capital, o Estado não pode fazer outra coisa senão proteger a ordem estabelecida, independentemente dos perigos para o futuro e a sobrevivência da humanidade. Nesta determinação atua na preservação da interrelação alienada e desumana historicamente construída entre capital e trabalho, ainda mais sob o efeito agravante da crise estrutural do capital

manutenção do sistema capitalista, mais precisamente a partir da crise estrutural do capital, visando entender o processo de reestruturação empreendido pelo Estado no que tange ao complexo educativo, e no caso específico do nosso estudo, do ensino superior no Brasil. Inicialmente apresentaremos a função social da educação para a reprodução de qualquer forma de sociedade a partir do trabalho, para depois entender como este complexo social se subordina historicamente aos interesses acumulativos do capital.

II - A função social da educação a partir da ontologia marxiana

Antes de adentrarmos na discussão da funcionalidade da educação para a reprodutividade do capital e a adequação da educação superior brasileira às necessidades de valorização do capital mundializado, precisamos entender o processo de desenvolvimento do ser social a partir da categoria trabalho e as mutações que esta atividade apresenta ao ser subordinada à lógica expansiva do capital, assumindo o caráter de trabalho abstrato³. Com isso, ressalta-se a pertinência em apreender estas categorias no intuito de desnudar as atuais configurações da reestruturação do ensino superior brasileiro neste contexto de crise sistêmica, tendo em vista, que este vem sendo requisitado a colaborar para a permanência das relações de exploração e criação das condições necessárias para a não contestação do capitalismo.

O estudo da ontologia marxiana⁴ nos permite perceber que o desenvolvimento da atividade que fundou o ser social (o trabalho) – e foi por ele complexificada, num processo contraditório –, instituiu sobre a sociabilidade a necessidade de outros complexos sociais (dentre eles a educação) que atuariam essencialmente na continuidade e no desenvolvimento cada vez mais complexo da totalidade social. O trabalho é criador do mundo dos homens. Na medida em que o homem transforma o existente para a satisfação de suas necessidades, transforma também a si enquanto ser

3 Marx explicita a distinção entre trabalho e trabalho abstrato ao enfatizar que o trabalho útil-concreto é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, ou seja, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade. O trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário. Ou seja, todas as atividades humanas assalariadas são trabalho abstrato, e são necessárias apenas e tão somente a reprodução do capital (MARX, 1985; 2010).

4 A partir de uma nova ontologia, Marx, pensou o homem como ser social determinado, considerando a história como parte do processo global.

genérico, pois, nesse processo de modificação do existente, adquire novas habilidades e novos conhecimentos que transformam a totalidade social na qual está inserido. Concomitante a isso, a complexificação das relações sociais impôs ao homem a criação de outras atividades que tivessem a função de mediar à reprodução social. Surge, portanto, a educação, atividade fundada pelo trabalho. Sua função é, pois, a reprodução do ser dos homens cujas objetivações precisam ser universalizadas para todos os indivíduos (MARX, 1985; TONET, 2012).

É válido acrescentar que o surgimento da sociedade de classes, a partir da capacidade de acúmulo de excedentes, não modificou o caráter ontológico da educação. Embora numa sociedade que passou a dividir os homens entre si, e a explorá-los para o atendimento dos interesses privados de uma pequena parcela, a educação continuou servindo para a reprodução social. Podemos afirmar, pois, que a função social é esta: contribuir para a reprodução social, independente do momento histórico e do tipo de organização social. No contexto da sociedade de classes, a educação continua transmitindo valores, atitudes, comportamentos, conhecimentos etc. a todos os indivíduos, mas com uma ressalva: essa transmissão é feita de acordo com os interesses da classe dominante (TONET, 2012).

Sendo assim, a ampliação da educação promovida pelo capitalismo possui uma conexão com a necessidade de formação técnico-profissional do trabalho pelo capital a partir da necessidade de formação em diversas situações para adequar-se aos ajustamentos ideológicos indispensáveis a reprodução e manutenção da sociedade capitalista. Ou seja, a educação para a reprodução do capital adéqua a força de trabalho para atender os interesses do mercado capitalista subordinando o atendimento das necessidades humanas a esta finalidade.

A conjuntura atual marcada pela crise estrutural do capital, com suas determinações, impõe metamorfoses ao mundo do trabalho, exigindo do Estado, enquanto esfera política que garante os interesses de acumulação e reprodução do capital, uma intervenção sistemática, tanto na reestruturação do mundo do trabalho como na implementação de políticas sociais indispensáveis para o consentimento ativo⁵ ao projeto hegemônico da classe dominante. Nesta direção, o papel do complexo

⁵ Estamos trabalhando aqui com a ideia de consentimento ativo como um conjunto relativamente autônomo de relações ideológicas e culturais que se modificam através da direção moral e intelectual exercida pelas classes dominantes (COUTINHO, 1996).

educativo torna-se fundamental na conformação ideológica, subjetiva e política para a garantia da reprodutividade do capital. A esse respeito Neves assinala que:

Sob a hegemonia burguesa, o Estado capitalista vem realizando a adaptação do conjunto da sociedade a uma forma particular de civilização, de cultura, de moralidade. No decorrer do século XX, diante das mudanças qualitativas na organização do trabalho e nas formas de estruturação do poder, o Estado capitalista, mundialmente, vem redefinindo suas diretrizes e práticas, com o intuito de reajustar suas práticas educativas às necessidades de adaptação do homem individual e coletivo aos novos requerimentos do desenvolvimento do capitalismo monopolista (NEVES, 2005, p. 26).

Desta forma, a educação formal⁶, associada a outras esferas da sociabilidade, assume relevância enquanto estratégia de correção das contradições e efeitos explosivos do capital em crise sob a direção do Estado. Com isso, o complexo educativo contemporaneamente tem sido marcado pela mercantilização, pelo rebaixamento e pelo esvaziamento de conteúdos na tentativa de mediar à reprodução da totalidade social circunscrita pela crise do sistema do capital (FRIGOTTO, 1995; SAVIANI, 1991; NEVES, 2005). Como veremos no item a seguir.

III - Crise estrutural do capital, Estado e ensino superior no Brasil

Ao dialogar diretamente com fontes oriundas do referencial teórico marxiano, podemos perceber que as relações sociais são permeadas pelas contradições inerentes à produção de riqueza na sociedade capitalista e que o Estado apresenta uma função de complementaridade para a garantia de manutenção desta. Pois, o contexto de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) que estamos vivenciando, sob a hegemonia das finanças, redimensiona o trabalho e as demais esferas da vida social na contemporaneidade (dentre elas a educação) para atender suas necessidades de reprodução ampliada.

Trata-se, portanto de um “período caracterizado pela crise do modelo de expansão do capital e pelo processo de reestruturação produtiva como tentativa de resposta” (ANTUNES, 1999, p. 35-36). Suas manifestações localizam-se nos primeiros

⁶ A educação pode ser dividida em dois tipos: a formal e a informal. A primeira refere-se aquela ministrada em sala de aula com professores, programas, conteúdos, que é realizada de forma sistemática. A segunda diz respeito à educação realizada cotidianamente, baseada nos costumes, tradições, na aprendizagem do dia a dia.

anos da década de 1970, se estende e aprofunda-se até os tempos atuais. No Brasil, esse processo intensifica-se no início dos anos 1990, como resultado da integração do país ao mercado globalizado, no estágio de acumulação flexível do capital (HARVEY, 1998). A crise de acumulação do capital caracteriza-se como crise endêmica e crônica, com a perspectiva de uma profunda crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002).

Pela natureza do processo de acumulação de capital as crises são inerentes à reprodução capitalista. O capital em si é uma relação social fundada na alienação do trabalhador no processo de trabalho (MARX, 1985), ou seja, tem seu fundamento em uma constituição que já se apresenta na origem com um defeito estrutural insanável, que é a separação entre produção e controle (MÉSZÁROS, 2002, p. 105-109). Além deste, dois outros defeitos estruturais configuram os limites intransponíveis do capital: a separação entre produção e consumo e a ruptura entre produção e circulação. Segundo Mézáros (2002, 2009) essas contradições puderam ser deslocadas na etapa da ascensão do capital, mas, na crise estrutural mostram-se insuficientemente conciliáveis. Verifica-se então, um processo de reorganização na tentativa de conter esta crise, que teve como principal resultado a emergência do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a falência do setor público estatal.

Sob a égide do neoliberalismo, as estratégias do grande capital nos anos 1990 não se limitaram às reformas de natureza econômica. As restrições sociopolíticas abarcaram, na mesma proporção, a reforma do aparelho estatal e sua relação com a sociedade. O termo reforma historicamente vinculado às lutas das classes subalternas e à perspectiva de ampliação de direitos, foi capitaneada pela ideologia neoliberal para justificar o combate à presença e às dimensões democráticas do Estado, resultando num processo de contrarreformas, cujo objetivo central consiste em reduzir e eliminar os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora (BEHRING, 2006).

No Brasil, do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) aos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) o projeto reformista vem absorvendo toda a sociedade de forma molecular, como força coesiva das classes dirigentes, condição imprescindível para promover o crescimento econômico e inserir o país no quadro da modernidade globalizada. As contrarreformas entranharam-se na agenda pública, ganhando materialidade nas diferentes esferas de governo, alterando as relações Estado-sociedade, principalmente no campo das políticas sociais e no esvaziamento da participação democrática da sociedade civil. O projeto

intelectual de Bresser Pereira⁷ (1995) adentrou o século XXI, com sua roupagem social-liberal⁸, dizendo-se social por continuar a proteger direitos mediante o desenvolvimento econômico, e liberal pelo fato de fazê-lo usando os controles do mercado, realizando serviços sociais e científicos através de organizações públicas não estatais e competitivas.

No que se refere ao complexo educativo, este também passou a sofrer modificações⁹ para atender as demandas de recuperação do ciclo reprodutivo do sistema. O capital impôs novas configurações na relação público/privado, de modo que o formato da educação superior, especialmente no Brasil precisou se adequar para garantir a prevalência do privado sobre o público. Nesse sentido, tornou-se imprescindível ao capital dentre outras medidas construir um tipo de educação que ainda mais ferozmente, opere a negação do conhecimento que revela as determinações do real em suas múltiplas dimensões: contribua para a manipulação das consciências; aprofunde estratégias de exploração e expropriação do trabalhador, além de ampliar os espaços de privatização e mercantilização do ensino.

Diante das mudanças empreendidas a partir do século passado na organização do trabalho, vem priorizando-se uma formação que atenda as orientações dos organismos multilaterais, em especial, do Banco Mundial, tendo como lema a democratização do acesso ao ensino superior. Entretanto, democratizar passa a ser sinônimo de inserção, ainda que precarizada, em instituições de ensino, seja pública ou privada. É por isso que a expansão de vagas apresenta-se como meta cobrada pelos organismos internacionais aos países subdesenvolvidos.

Visando atender a estas determinações o Brasil vem se adequando a ênfase na busca pelo desenvolvimento econômico e para isso a disseminação de políticas de alívio da pobreza aparece como primordial para os países de capitalismo dependente¹⁰, como o

⁷ Este projeto intelectual refere-se ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

⁸ Ao lado das esferas estatal e privada, ganhou destaque a esfera pública não estatal, composta pelas organizações sem fins lucrativos e de interesse público, as empresas privadas em suas ações de responsabilidade social e a propriedade corporativa, formando, em seu conjunto, o terceiro setor, que, além de complementar o Estado, também foi chamado para substituí-lo em funções e atribuições consideradas como não exclusivas (ROBERTSON; VERGER, 2012).

⁹ Estas modificações são norteadas pela Teoria do Capital Humano, disseminada nos EUA entre 1970 e 1980. Esta teoria propaga fortemente o investimento na educação como a forma de provocar uma modificação social. A ideologia burguesa que está por traz deste raciocínio, mascara assim, a desigualdade estrutural do modo de produção capitalista.

¹⁰ Fernandes (1975) trabalha dialeticamente duas dinâmicas na construção do conceito de capitalismo dependente: as leis gerais que regem o padrão de desenvolvimento capitalista inerente ao capitalismo monopolista e, ao mesmo tempo, as especificidades da formação econômico-social brasileira na

do Brasil. Nesta lógica, a universidade passa a ocupar o âmbito dos serviços não exclusivos¹¹ do Estado (assim como os hospitais, serviços sociais, assistenciais e de saúde) uma função específica para a educação superior: a satisfação dos interesses extra-econômicos de valorização do capital em detrimento ao atendimento das necessidades humanas da classe trabalhadora. Sendo assim, o processo de expansão do acesso à educação superior ganha nova racionalidade através de dois mecanismos básicos: a “explosão” do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino superior (IES) públicas.

Já na gestão do governo Lula, foram realizadas algumas ações voltadas para o ensino superior, dentre elas destacam-se o REUNI¹² e o PROUNI¹³, ambos os programas com ênfase na democratização do acesso, no entanto, estas ações não conseguiram romper com a lógica da mercantilização e privatização do ensino superior, ao contrário a reforçou significativamente. Sendo assim, este acesso ao ensino superior via expansão vem ocorrendo não para possibilitar a qualificação da formação pública para os segmentos da classe trabalhadora, mas para dar continuidade às políticas privatizantes de orientação neoliberal iniciada no governo precedente. Um exemplo claro disso é o investimento deste governo no PROUNI como principal estratégia para a massificação da educação superior e, por isso, legitima o sucateamento planejado e sistemático das universidades públicas (LEHER, 2010).

Quanto à atuação do governo de Dilma Rousseff na educação superior, esta ocorreu em conformidade com as políticas implementadas nos governos anteriores. Isto indica que não tem democratizado de forma integral o acesso da população mais pobre ao ensino superior público, tendo em vista que a expansão de vagas por meio do REUNI ainda concentra sua oferta em cursos noturnos e de licenciatura (CARVALHO, 2008)

divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil estará inserido como exportador de matéria prima e importador de bens de consumo, de capitais e de técnicas produzidos nos países centrais.

¹¹ São os serviços que, segundo Bresser Pereira (1996, p. 283), “o Estado realiza e/ou subsidia porque os considera de alta relevância para os direitos humanos, ou porque envolvem economias externas, não podendo ser adequadamente recompensadas no mercado por meio da cobrança dos serviços”.

¹² O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi instituído pelo Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007 e tem com objetivos o “aumento de vagas no curso de graduação, a ampliação de oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate a evasão, entre outras metas que tem como propósito diminuir as desigualdades sociais no país”.

¹³ O Programa Universidade para Todos (PROUNI) “é o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior em cursos de graduação e sequenciais de formação específica”. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.

enquanto que os cursos referentes a outras áreas (engenharia, medicina, direito) continuam restritos, seletivos e excludentes. Por outro lado, os cursos privados de ensino superior foram beneficiados com recursos públicos na “expansão” das suas vagas, com o discurso de possibilitar a democratização do acesso da população que não pode pagar e deseja se inserir em um curso superior.

Este panorama se confirma nos dados do MEC/INEP, de 2013, em que, mais de 80% do número de ingressantes no ensino superior brasileiro ficou a cargo da iniciativa privada. A análise dos últimos três anos (2011-2013) mostra que houve um aumento de 16,8% de ingressantes nos cursos de graduação, dos quais 19,1% na rede privada e apenas 8,2% na rede pública. Ao se considerar os últimos 10 anos, o crescimento anual foi de 5% na rede pública e 6% na rede privada, comprovando as nossas hipóteses acerca do investimento do Estado na mercantilização do ensino em detrimento ao investimento no ensino público.

Outra ação desses governos petistas foi a adoção da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), criada através da Lei 12.550/2011 de 15/12/2011, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. A Ebserh é vinculada ao MEC, passando a ser responsável pela gestão dos Hospitais Universitários (HUs), totalizados 50, vinculados a 36 universidades federais. Ela faz parte do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários (Rehuf), instituído pelo Decreto 7.082, 27/01/2010. Que confirma a ação destes governos na perspectiva de promover a relação público-privada nas universidades federais pautadas na ênfase da ineficiência e da restrição das ações estatais, que redundam na desconfiguração da primazia do Estado em sua viabilização com qualidade, fortalecendo a ação do mercado capitalista na regulação da sociedade.

Podemos destacar também outros elementos que correspondem diretamente com os pressupostos da contrarreforma do Estado para a educação superior brasileira, a exemplo das estratégias do atual governo do presidente interino Michel Temer¹⁴ (2016), que em menos de um ano de mandato já propôs medidas drásticas na tentativa de conter a crise do capital, mas que na verdade trarão implicações gravíssimas para a educação pública. A aprovação da PEC 55 é um exemplo contundente deste desmonte, visto que, esta proposta também denominada por alguns autores como “PEC do desmonte”, prevê o congelamento de gastos públicos em setores básicos como a educação, durante vinte

¹⁴ Para entender sobre o golpe de Estado que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff ver (SINGER et.al. 2016).

anos, aliada à vedação de concursos públicos. As Universidades e Institutos Federais, segundo especialistas, devem ser os mais prejudicados pela medida, uma vez que, além da diminuição no investimento orçamentário na política de educação, a não realização de concursos públicos para os docentes farão com que haja uma ampliação nas formas de contratação temporárias e flexibilizadas promovendo a precarização da educação pública no país.

Cabe ainda ressaltar os ataques dirigidos à política de educação, expressos na proposta ultraconservadora da Escola sem Partido (PL 867/2015), que determina a “neutralidade” dos docentes diante de questões políticas, ideológicas e religiosas em sala de aula, com o objetivo de não influenciar nem estimular troca de opiniões nem discussões entre alunos. Bem como a aprovação da Medida Provisória 746, que estabelece “novas diretrizes e bases para o ensino médio”, extinguindo a obrigatoriedade do ensino de várias disciplinas como sociologia e língua estrangeira, além de permitir que sejam contratados "profissionais de notório saber" para dar aulas "afins a sua formação". E nos recentes cortes dirigidos aos programas Ciência sem Fronteiras e bolsas para programas de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Além destes, o orçamento dirigido à assistência estudantil segue como uma incógnita indecifrável e, no dia 11 de agosto de 2016, foi anunciada a previsão de corte orçamentário de cerca de 45% do orçamento nas universidades federais¹⁵ (CFESS, 2016).

IV - Considerações Finais

Com o aprofundamento da crise estrutural do capital, o Estado passa a ocupar um espaço cada vez maior para garantir as condições mais favoráveis à reprodução acumulativa e expansionista do sistema social vigente, o que requer obviamente a crescente e contínua exploração do trabalho. A partir dos elementos elucidados nos limites deste texto fica evidente, que a política de educação brasileira, em especial, o ensino superior, alvo de nossa análise, vem se colocando como um espaço privilegiado de atendimento dos interesses do capital, em outras palavras, participando como aparelho privado na garantia da hegemonia da classe dominante.

¹⁵ Sobre os efeitos da contrarreforma do Estado no ensino superior aprofundaremos em nossa tese de doutorado.

Nesse aspecto, coadunamo-nos com Tonet (2012), que apresenta a possibilidade de utilização do espaço educativo para a realização de atividades que apontem para a emancipação plena do gênero humano a partir de um projeto de classe contra-hegemônico. Afirma o autor, que sob a lógica do capital, não há a menor possibilidade de realização de uma educação emancipadora, visto que ela, tendo esse sistema como base, necessariamente contribuirá para a disseminação dos interesses da classe dominante, bem como dos saberes que ela necessita para a produção. Assim, [...] “apenas dentro de uma perspectiva de ir além do capital, o desafio de universalizar o trabalho e a educação, em sua indissolubilidade, surgirá na agenda histórica” (MÉSZÁROS, 2008, p.68).

Por fim, vale ressaltar que este texto contém mais inquietações do que respostas; inquietações que – esperamos – conduzam a um repensar crítico da problemática aqui tratada e a novos estudos que apontem alternativas ou, pelo menos, um horizonte a seguir num contexto tão nebuloso como este que estamos vivenciando. Eis o nosso desafio!

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (1995). **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 5 maio 2015.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**: para uma interpretação da América Latina. São Paulo: 34, 1996.

CARVALHO, C. Política econômica, finanças públicas e as políticas para educação superior: de FHC (1995 a 2002) a Lula (2003 a 2006). In: RODRIGUEZ, Margarida Victória; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto (orgs.). **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Liber livro; UCDB, 2008.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Folha de São Paulo**, caderno Mais!, 9 maio 1999. Disponível em: http://www.cacos.ufpr.br/obras/Marilena_Chauí_Universidade_Operacional.doc. Acesso em: 5 maio 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira & Marin; CNPq, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: AlfaOmega, 1975.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os delírios da razão**: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1998.

LEHER, Roberto. Um novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999.
LEHER, Roberto. **Reforma Universitária do governo Lula**: retorno do protagonismo do Banco Mundial e das lutas antineoliberais. 6 fev., 2004. Disponível em: <http://www.Adurrj.org.br/5com/popup/Reforma_universit_governo_LULA.htm>. Acesso em: 10 maio 2010.

LIMA, Kátia. **Contrareforma na educação superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, Kátia; PEREIRA, Larissa Dahmer. **Contra-reforma na educação superior brasileira**: impactos na formação profissional em Serviço Social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 15(1): 3150, jan./jun., 2009.

MANDEL, Ernest. **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes**. Lisboa: Antídoto, 1979.

MARX, Karl. A mercadoria. In: **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, t.I. v.I. p. 4585.

MARX, Karl. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: **MANUSCRITOS Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 7990.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NEVES, Lucia (org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos de 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

NEVES, Lucia (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: as estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança da educação mundial. **Educação e Sociedade**, v. 33.n. 121, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores associados, 1991.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.